

Monitoramento	MATRIZ DE MONITORAMENTO - 1º CICLO			Auditoria	Ano da ação: 2021
	Nome da ação: Monitoramento das recomendações da Auditoria de Testes em Soluções de Informática Legislativa e Parlamentar				Nome: Auditoria de Testes em Soluções de Informática Legislativa e Parlamentar
	Data do Monitoramento: 31/12/2024				Tipo de ação: Auditoria operacional
	Coordenação Executora: Coordenação de Auditoria de Tecnologia da Informação (COAUDTI)				Processo: 00200.020661/2021-38

AUDITORIA			UNIDADE EM QUE SE REALIZA A AÇÃO DE CONTROLE		1º MONITORAMENTO		
Código achado/recomendação	Achado	Recomendação	Descrição do Plano de Ação (enviado após o relatório de auditoria)	Data Fim	Avaliação das respostas enviadas pela Unidade em que foi realizada a ação de controle	Status atual	Evidência
1	5.2 Há mecanismos/sistemáticas definidas, mas não há evidência do emprego dos mesmos no Senado Federal.	Ao CGTI: i. Definir política, diretriz, objetivo ou estratégia para “gestão de testes de software” com base em boas práticas de mercado, a exemplo da ISO ISO/IEC 14598-2, combinado com estudos e diagnósticos próprios, a exemplo do Relatório final do Grupo de Trabalho estabelecido pela Portaria da Diretora-Geral nº 6374, de 2019, conforme competência deste Comitê disposta no Art. 9º, inciso II do ATC nº 8, de 2016 que institui a Política de Governança de Tecnologia da Informação do Senado Federal (PGTI/SF); ii. Avaliar a conveniência e a oportunidade de restabelecer plano de ação e recomendações exaradas pelo Grupo de Trabalho (GT) instituído pela PDG Nº 63744, de 2019, bem como enviar esforços para retomar Projeto estruturante “Melhoria dos Processos de Garantia da Qualidade de Produtos de Software”.	1) A DGER informou que o PDTI 2023-2024 previa duas ações que visavam mitigar os achados de auditoria: a) Implantação de processo de teste de software no Prodasen, com previsão de término para julho/2024 ; e b) Estruturação de métricas de qualidade de software , com previsão de término para novembro/2023 .	4º Bimestre de 2024	O Plano de Ação informado pela DGER após a emissão do Relatório buscou atender, de forma conjunta, às recomendações feitas para o CGTI e para o Prodasen. Por isso, agrupou-se a avaliação quanto ao atendimento das três recomendações em um ponto único. Quanto ao CGTI , somente foi identificado que, até o momento, o Comitê incluiu os projetos estruturantes no âmbito do PDTI 2023-2024 . Os projetos apareceram no “Plano de Execução do PDTI” sob responsabilidade do NQPPPS e com previsão para conclusão em outubro/2024 . Quanto à implantação do processo de teste de software no Prodasen , este informou que: a) As atividades estavam sendo registradas no Gertiq; b) A automação de testes nos sistemas do SVE das comissões tinha sido introduzida; c) O armazenamento de evidências de testes estavam no git; d) A nova estimativa de término era janeiro de 2025 ; e) O processo de teste de software estava sendo expandido para a equipe responsável pelo sistema Lexor. Quanto à estruturação de métricas de qualidade de software , o Prodasen informou que o projeto ainda não fora iniciado, devendo ficar para o próximo ciclo do PDTI (2025-2027). Analisando o Gertiq, verificou-se que o processo de testes estava restrito, até o momento, à equipe SEDSVE, especificamente para os sistemas SVE (Sistema de Votação Eletrônica das Comissões) - Pleno, Pleno-Mobile e Urna. Para atendimento à recomendação, é necessário que o processo de gestão de testes de software seja institucionalizado e adotado por todas as equipes de desenvolvimento, ou ao menos pelos sistemas mais críticos. A partir dessas informações, entendemos que as ações para atendimento às recomendações ainda estão em andamento.	1. Ação em andamento	Despacho nº 11/2024 – PRODASEN NUP 00100.200909/2024-13 Gertiq - [ATT] Implantar mecanismos de gestão de testes de software Pasta Compartilhada - https://senadofederal.sharepoint.com/:/s/EP RD/ErRBj4Cy40xLuHPy?fsfilegB2Q-dn0gDXmUqP5Qnqo5ahw?e=pyMamv
	5.3.1 Não foram encontradas evidências suficientes de estabelecimento de gestão de testes de software para soluções e sistemas de informação legislativos ou parlamentares.						
2	5.3.2 Não foram encontrados elementos suficientes que demonstrem emprego de gestão de testes de software para soluções e sistemas de informação legislativos ou parlamentares.	Ao Prodasen: Estabelecer mecanismos de gestão de testes de software para soluções e sistemas de informação legislativos ou parlamentares, bem como certificar-se do emprego dos mecanismos/sistemáticas de testes de software junto às equipes de desenvolvimento com base na ABNT NBR ISO/IEC 14598-6 e ABNT NBR ISO/IEC 25001.	1) O ILB informou: a) Que anualmente, o ILB realiza o levantamento de demandas de capacitação junto a todas as unidades administrativas do Senado Federal, que, após consolidação, dão origem ao Plano Anual de Capacitação do Servidores do Senado Federal – PCASF; b) Que anualmente o Prodasen solicita ações específicas de capacitação para seus servidores, envolvendo uma série de ações que, devido a absoluta impossibilidade de atendimento com cursos ofertados por facilitadores do próprio Senado Federal e com recursos deste, são direcionadas para ações externas ou para a contratação de empresas que possuam experiência e excelência no assunto a ser tratado; c) Que uma vez aprovado o PCASF, é da competência do Prodasen formalizar, junto ao ILB, a abertura da contratação que, pela sua especificidade, acaba sendo direcionado para um número limitado de instituições. d) Que devido a entraves administrativos as contratações formalizadas pelo Prodasen não foram finalizadas a contento no passado próximo; e) Que vivenciaram recentemente tal negativa e é importante registrar que têm conhecimento de que tais lacunas deixadas por longos períodos sem a efetiva atualização e capacitação geram riscos aos procedimentos internos de trabalho realizados pela área fim; f) Que constava do PCASF 2023 a participação de seis servidores do Prodasen no Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software - SBQS, que seria realizado no período de 07 a 10 de novembro de 2023, no Auditório da Faculdade de Tecnologia, no campus da Universidade de Brasília – UnB.	6º Bimestre de 2024	O ILB informou que: a) Em dezembro de 2023, o Senado contratou a plataforma de aprendizagem Udemy for Government, ato formalizado pelo Contrato nº 210/20231, o qual prevê acesso a cursos para 243 (duzentos e quarenta e três) servidores pelo período de 15/12/2023 até 19/02/2025. Dentre eles, 145 (cento e quarenta e cinco) são lotados no Prodasen. b) Há 19 cursos disponíveis na plataforma relacionados a Testes e Qualidade de Software. c) Nos relatórios extraídos da plataforma Udemy, percebe-se que 10 cursos foram iniciados por servidores do Prodasen nessas matérias, sendo 2 desses já concluídos. d) Há pretensão de prorrogar o contrato com a Udemy para viabilizar outras capacitações disponíveis na plataforma. Assim, entende-se que a recomendação foi atendida, considerando que: - O contrato com a plataforma Udemy disponibiliza ao menos 19 cursos na área de Testes e Qualidade de Software; - Esses cursos disponíveis, oito estão em andamento e dois já foram concluídos por servidores da área de TI do Senado. A partir dessas informações, entendemos que a recomendação foi atendida, podendo então ser baixada, por implementação.	9. Recomendação baixada por implementação	Ofício nº 575/2024 - SETREINA/COTREN/ NUP 00100.193027/2024-94
	5.4.1 Não foram encontrados elementos suficientes que demonstrem como a gestão dos mecanismos/sistemáticas de testes de software empregados pelo Senado Federal, contribuem para o aprimoramento das soluções e sistemas de informação legislativos ou parlamentares, quanto aos aspectos de funcionalidade, confiabilidade, usabilidade, eficiência, manutenibilidade e portabilidade.						
2	5.5.1 Necessidade de aprofundamento nas atribuições de responsabilidades pelas atividades de garantia da qualidade em nível de Coordenação, Chefia de Serviço e equipe de desenvolvimento	Ao ILB : Prover as ações de capacitação relacionadas a “garantia da qualidade de produtos de software” priorizadas no Plano Diretor de TI, conforme competência deste órgão, disposta no art. 12 da Política de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores do Senado Federal, considerando serem ações de capacitação já priorizadas pelo Comitê de Governança de TI (CGTI), atendendo aos princípios (incisos II e III do art. 3º) e diretrizes (inciso I do art. 6º) da referida política.					
	5.5.2 Não foram encontradas evidências de que mecanismos/sistemáticas adotadas permitem avaliação mediante critérios, armazenar resultados de avaliações e resultados de avaliações revisados periodicamente.						

